



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS EM EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE ANTROPOLOGIA**

MARTINHO HERMÍNIO DOS SANTOS

Os filhos de Abraão em uma nova terra prometida: judeus sefarditas no Nordeste brasileiro

**RIO TINTO/PB
2026**

MARTINHO HERMÍNIO DOS SANTOS

Os filhos de Abraão em uma nova terra prometida: judeus sefarditas no Nordeste brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Campus IV como requisito de avaliação para a obtenção do título de Bacharel em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Estevão Palitot.

**RIO TINTO/PB
2026**

Catálogo na publicação Seção de

S237f Santos, Martinho Hermínio dos.

Os filhos de Abraão em uma nova terra prometida : judeus sefarditas no
Nordeste brasileiro / Martinho Hermínio dos Santos. - Rio Tinto, 2026.
36 f.

Orientação: Estêvão Martins Palitot. TCC (Graduação) -
UFPB/CCAE.

1. Identidade sefardita. 2. Memória cultural. 3.
Cristãos-novos. 4. Nordeste brasileiro. 5. Práticas religiosas. I. Palitot,
Estêvão Martins. II. Título.

UFPB/CCAE

CDU 572:264(812/813)

Catálogo e Classificação

Elaborado por FLAVIA SENA DA SILVA - CRB-15/989

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No dia 12 de agosto de 2026, reuniu-se nas dependências do Centro de Ciências Aplicadas e Educação, a comissão julgadora, composta pelo(a) professor(a) Estêvão Martins Palitot, presidente da banca examinadora, e pelos(as) professores(as) Nilton Ferreira Bittencourt Júnior (UFPB) e Rosemary Marinho da Silva (UFPB), como membros da banca examinadora, para avaliarem o Trabalho de Conclusão de Curso do(a) acadêmico(a) Martinho Hermínio dos Santos, matrícula 20190147538, como requisito para a conclusão do Curso de Bacharelado em Antropologia desta Universidade. O presente trabalho de conclusão tem como título: “OS FILHOS DE ABRAÃO EM UMA NOVA TERRA PROMETIDA: JUDEUS SEFARDITAS NO NORDESTE BRASILEIRO”, sendo orientado(a) pelo(a) professor(a) Estêvão Martins Palitot. Após análise, foi atribuída média final 8,5 (Oito e Meio), estando o(a) aluno(a) então APROVADO. Por ser verdade firmamos o presente.



Documento assinado digitalmente

ESTEVAO MARTINS PALITOT

Data: 13/08/2026 12:39:06-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Estêvão Martins Palitot
Orientador e presidente da comissão



Documento assinado digitalmente

NILTON FERREIRA BITTENCOURT JUNIOR

Data: 13/08/2026 15:45:38-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Nilton Ferreira Bittencourt Júnior
Examinador



Documento assinado digitalmente

ROSEMARY MARINHO DA SILVA

Data: 13/08/2026 13:34:53-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Rosemary Marinho da Silva
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela vida, pela sabedoria e pela força concedidas ao longo desta caminhada. Foi pela fé e pela perseverança que encontrei sustento para enfrentar os desafios e seguir adiante na construção deste trabalho.

Aos professores do curso de Antropologia da UFPB, expressei minha sincera gratidão pela dedicação, pelos ensinamentos e pela contribuição fundamental em minha formação acadêmica e humana. Cada aprendizado compartilhado ao longo do curso deixou marcas importantes em minha trajetória.

À Professora Vera da Silva Sinar, agradeço pelas orientações e contribuições oferecidas durante este percurso. Ao Professor Estevam Palitot, meu orientador, registro meu profundo agradecimento pelo apoio, pela confiança, pela paciência e pela condução cuidadosa da pesquisa, essenciais para a realização deste trabalho.

Agradeço também a Lyedja Ribeiro, pelo cuidado, atenção e dedicação na revisão do texto, contribuindo de maneira valiosa para o aprimoramento deste trabalho.

Por fim, manifesto minha gratidão a todas as pessoas que compartilharam histórias, memórias e saberes, enriquecendo esta pesquisa, bem como àquelas que, de diferentes formas, me ofereceram apoio pessoal ao longo dessa caminhada.

OS FILHOS DE ABRAÃO EM UMA NOVA TERRA PROMETIDA: JUDEUS SEFARDITAS NO NORDESTE BRASILEIRO

THE CHILDREN OF ABRAHAM IN A NEW PROMISED LAND: SEPHARDIC JEWS IN NORTHEASTERN BRAZIL

Discente: Martinho Hermínio dos Santos

E-mail: *martinhoherminio591@gmail.com*

Orientador: Estevão Palitot

RESUMO

Este trabalho analisa a construção contemporânea de identidades sefarditas no Nordeste brasileiro, considerando as relações entre memória cultural, descendência de cristãos-novos, práticas religiosas e formas de pertencimento, a partir da relação entre trajetórias familiares e a presença histórica de cristãos-novos na região. A pesquisa, de caráter qualitativo, bibliográfico e documental, parte da hipótese de que essa identidade não corresponde à conservação intacta de um passado, mas a um processo de seleção, interpretação e transmissão de referências históricas e religiosas. O corpus reúne livros, artigos, teses, dissertações, dados institucionais e produções audiovisuais, examinados por meio de análise documental e de revisão bibliográfica, articuladas a uma abordagem antropológica da memória e da religião. Os resultados indicam que sobrenomes, costumes domésticos, celebrações, espaços como a Sinagoga Kahal Zur Israel e narrativas de retorno funcionam como repertórios de memória, sem constituir isoladamente comprovação genealógica. Conclui-se que o pertencimento sefardita é produzido na articulação entre história, memória cultural, religião e reconhecimento social.

Palavras-chave: identidade sefardita; memória cultural; cristãos-novos; Nordeste brasileiro; práticas religiosas.

ABSTRACT

This study analyzes how Sephardic identities are constructed and updated in contemporary Northeastern Brazil, based on the relationship between family trajectories and the historical presence of New Christians in the region. This qualitative, bibliographic, and documentary study starts from the hypothesis that this identity does not correspond to the intact preservation of a past, but to a process of selecting, interpreting, and transmitting historical and religious references. The corpus comprises books, articles, theses, dissertations, institutional data, and audiovisual productions, examined through documentary analysis and bibliographic review, combined with an anthropological approach to memory and religion. The results indicate that surnames, domestic customs, celebrations, sites such as the Kahal Zur Israel Synagogue, and narratives of return function as repertoires of memory, without constituting genealogical proof in isolation. The study concludes that Sephardic belonging is produced through the articulation of history, cultural memory, religion, and social recognition.

Keywords: Sephardic identity; cultural memory; New Christians; Northeastern Brazil; religious practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sinagoga Kahal Zur Israel, Recife/PE.....	21
Figura 2 – Mezuzá afixada na porta da residência do autor	28
Figura 3 – Mapa do Rio Grande do Norte e a referência ao Seridó potiguar	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição do corpus por tipo de material.....	16
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	14
2.1 Características do corpus	16
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: DA SEFARAD IBÉRICA AO NORDESTE.....	18
3.1 Tradição bíblica, diáspora e mediação crítica.....	18
3.2 Judeus sefarditas na Península Ibérica.....	18
3.3 Cristãos-novos no Brasil e no Nordeste colonial	19
4 IDENTIDADE, MEMÓRIA CULTURAL E RELIGIÃO	22
4.1 Identidade como processo relacional	22
4.2 Memória cultural, seleção e transmissão	22
4.3 Religião, símbolos e pertencimento	23
4.4 Da origem presumida à construção do pertencimento	25
4.5 Memória, evidência e regimes de validação	25
4.6 Religião, resistência e transformação.....	26
5 SEFARDITAS NO NORDESTE CONTEMPORÂNEO	26
5.1 Lugares de memória e patrimônio	26
5.2 Práticas domésticas e objetos de memória.....	27
5.3 Sobrenomes, genealogia e limites da evidência.....	28
5.4 Rio Grande do Norte, Seridó e narrativas de retorno.....	29
5.5 Festas, calendários e aprendizagem coletiva.....	30
5.6 Produção acadêmica e visibilidade do tema	31
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
GLOSSÁRIO	34
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Cheguei ao curso de Antropologia movido pela curiosidade de entender as histórias e os saberes que atravessam a vida das pessoas — como memórias, tradições e crenças se formam, se transmitem e se transformam ao longo do tempo. Desde os primeiros períodos da graduação, encontrei nessa área um campo capaz de olhar para o cotidiano, para as narrativas familiares e para as práticas religiosas com o mesmo rigor dedicado aos grandes acontecimentos históricos. Essa forma de olhar, que valoriza a experiência vivida sem abrir mão da análise crítica, foi o que me aproximou definitivamente do curso e o que me fez permanecer nele até esta etapa final da formação.

A escolha do tema deste trabalho não surgiu de forma repentina. Ao longo dos meus estudos, percebi quantas narrativas de descendência, memória e fé estão presentes na nossa região: histórias contadas em família, sobrenomes cercados de dúvidas, costumes domésticos que ganham novos significados quando relidos à luz de uma possível origem judaica. Essas narrativas, muitas vezes tratadas apenas como curiosidade, revelaram-se a mim, como estudante de Antropologia, um campo fértil para pensar como o passado colonial permanece vivo no presente do Nordeste brasileiro. O interesse ganhou forma mais concreta ao assistir aos documentários “A Estrela Oculta do Sertão” (2005) e “Os Novos Judeus do Nordeste: a tribo perdida do sertão”, que registravam, em comunidades próximas à minha própria vivência no Nordeste, narrativas semelhantes às que eu já havia ouvido em conversas de família — o que tornou o tema, a partir daí, uma questão de pesquisa e não apenas de curiosidade pessoal.

Decidi, então, pesquisar sobre judeus sefarditas no Nordeste brasileiro contemporâneo, buscando compreender como memória, religião e pertencimento se articulam na construção dessas identidades. Interessou-me, sobretudo, a possibilidade de tratar esse tema sem cair nem no ceticismo que descarta toda narrativa de ascendência como invenção, nem na aceitação acrítica que transforma qualquer indício em prova. Essa cautela, que procurei manter ao longo de todo o trabalho, é também um aprendizado sobre o próprio ofício da Antropologia: escutar com respeito e, ao mesmo tempo, analisar com rigor. Por lidar com terminologia própria da história judaica e cristã-nova — termos como cristão-novo, criptojudaísmo, marrano, sefardita e B’nei Anussim, entre outros —, este trabalho traz, ao final, um Glossário com as definições adotadas, ao qual o leitor pode recorrer sempre que necessário.

Este trabalho é fruto da minha trajetória acadêmica, das leituras que fiz ao longo do curso, das orientações que recebi e de todo o carinho que tenho por essa área de estudo. Cada

disciplina cursada, cada texto discutido em sala e cada conversa com professores e colegas contribuíram, de alguma forma, para que eu chegasse a este tema e pudesse desenvolvê-lo com a atenção que ele merece. Espero que esta pesquisa reflita não apenas um exercício acadêmico de conclusão de curso, mas também o percurso pessoal de alguém que encontrou, na Antropologia, uma forma de compreender melhor as histórias que nos formam.

Este trabalho busca compreender como descendentes de cristãos-novos e outros sujeitos que reivindicam vínculos com a tradição sefardita constroem identidades no Nordeste brasileiro contemporâneo. O tema situa-se no encontro entre Antropologia e História: requer contextualização dos deslocamentos judaicos e das experiências ibéricas, mas seu núcleo analítico está nos usos atuais do passado, nas práticas culturais, nas narrativas familiares, nos objetos de memória e nas formas de pertencimento produzidas no presente.

A expressão ‘filhos de Abraão’, empregada no título, é tratada aqui como uma categoria simbólica proveniente da tradição bíblica. Ela não funciona como descrição genealógica verificável nem como afirmação confessional. Segundo as narrativas do Gênesis, Abraão deixa sua terra em direção a uma terra prometida; no argumento deste estudo, essa imagem é apropriada como metáfora de deslocamento, refúgio e reconstrução. O Nordeste, chamado de ‘nova terra prometida’, também não é apresentado como cumprimento religioso, mas como formulação nativa e recurso interpretativo para pensar a experiência histórica de grupos que chegaram, permaneceram ou reelaboraram vínculos sefarditas na região.

Optei por reduzir a extensa atenção que, em um primeiro momento, eu havia dedicado à história bíblica, ao Êxodo, aos reinos de Israel, aos cativos e à dominação romana. As fontes religiosas são importantes para compreender representações e tradições, mas não equivalem à historiografia. Gênesis, Êxodo, Atos e outros livros bíblicos são documentos religiosos cuja utilização exige mediação crítica. Por isso, quando mencionados, aparecem por meio de expressões como ‘segundo a tradição bíblica’ ou ‘de acordo com as narrativas religiosas’, evitando que afirmações de fé sejam apresentadas como fatos históricos demonstrados.

O problema de pesquisa pode ser formulado nos seguintes termos: como memórias familiares, práticas culturais, narrativas de ascendência, espaços religiosos e referências ao passado dos cristãos-novos participam da construção contemporânea de identidades sefarditas no Nordeste brasileiro? Essa pergunta desloca a ênfase de uma sequência cronológica ampla para os processos sociais mediante os quais pessoas e comunidades interpretam vestígios, selecionam tradições, instituem lugares de memória e negociam reconhecimento.

A hipótese que orienta a análise é que a identidade sefardita nordestina não se explica pela conservação automática e integral de uma herança colonial. Ela é produzida por operações

contemporâneas de memória: práticas antigas podem ser lembradas, esquecidas, ressignificadas ou associadas retrospectivamente ao judaísmo; sobrenomes podem funcionar como indícios para uma investigação, mas não como prova autossuficiente; objetos e festas podem condensar pertencimentos; e espaços históricos podem oferecer uma materialidade pública à narrativa coletiva. Assim, a continuidade não exclui a transformação. Ao contrário, a transmissão cultural depende de escolhas, enquadramentos e interpretações realizadas em contextos específicos.

O objetivo geral é analisar a construção contemporânea de identidades sefarditas no Nordeste brasileiro, considerando as relações entre memória cultural, descendência de cristãos-novos, práticas religiosas e formas de pertencimento. Já os objetivos específicos são cinco: a) sintetizar o contexto histórico da experiência sefardita na Península Ibérica e da presença de cristãos-novos no Brasil; b) examinar criticamente costumes, sobrenomes, narrativas genealógicas, festas e objetos mobilizados como marcas de memória; c) discutir o papel de lugares como a Sinagoga Kahal Zur Israel na materialização pública do passado; d) interpretar, com base na literatura selecionada, as relações entre religião, identidade e memória coletiva; e e) identificar os limites das fontes utilizadas, evitando transformar indícios culturais em comprovações definitivas.

A relevância do estudo decorre da visibilidade adquirida por narrativas de ancestralidade sefardita no Nordeste e do crescimento de pesquisas sobre cristãos-novos, criptojudaísmo, comunidades judaicas e processos de retorno. O tema permite discutir como o passado colonial permanece socialmente ativo. Ele também exige cautela: reivindicar uma identidade envolve experiências pessoais e coletivas legítimas, mas a análise acadêmica deve distinguir memória, crença, documentação histórica, genealogia e reconhecimento comunitário. Essa distinção não desautoriza os sujeitos; ela permite compreender os diferentes regimes de verdade que organizam suas narrativas.

A justificativa antropológica está, portanto, no estudo das formas pelas quais um grupo se narra, estabelece fronteiras, escolhe símbolos e produz continuidade. Durkheim (1996) contribui para pensar a religião como realidade coletiva, enquanto Assmann (2001) oferece elementos para abordar a memória cultural como produção social. Novinsky (2015, 2019), Wiznitzer (1966), Mizrahi (2005), Miele (2008), Braga (2016) e Tavares (2022) ajudam a relacionar esses conceitos ao percurso dos cristãos-novos e às experiências judaicas no Brasil e no Nordeste.

Organizei o trabalho em seis seções. Depois desta introdução, apresento o percurso metodológico; em seguida, ofereço uma contextualização histórica concisa, da tradição bíblica como fonte religiosa até a experiência ibérica e a presença no Nordeste colonial. A quarta seção

desenvolve os conceitos de identidade, memória cultural, religião e pertencimento, articulando-os já a uma discussão propriamente antropológica dos dados, e a quinta examina práticas, objetos, sobrenomes, lugares de memória e narrativas contemporâneas no Nordeste. A última seção reúne as considerações finais, retomando a pergunta, a hipótese, os resultados e os limites da pesquisa.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa é de natureza qualitativa e caráter exploratório, de tipo bibliográfico e documental. O caráter exploratório se justifica pela escassez de estudos antropológicos que tratem, de modo sistemático, a construção contemporânea de identidades sefarditas no Nordeste brasileiro: não se parte de um modelo testado, mas se busca mapear categorias, fontes e problemas ainda pouco consolidados nesse campo. Dentro dessa natureza exploratória, distingo dois tipos de levantamento: a pesquisa bibliográfica, organizada em uma bibliografia teórica — sobre identidade, memória cultural e religião — e uma bibliografia temática — sobre judeus sefarditas, cristãos-novos e Inquisição —; e a pesquisa documental, que reúne dados institucionais do IBGE e da CAPES, registros mencionados em estudos anteriores, imagens e produções audiovisuais. Do ponto de vista do método, a análise segue um raciocínio dedutivo: parte de um quadro teórico geral sobre identidade e memória cultural para, em seguida, examinar como esse quadro se manifesta nos casos nordestinos reunidos no corpus. Por não incluir entrevistas, observação participante ou coleta de dados originais, este trabalho não se classifica quanto a uma abordagem de campo. Seu propósito não é medir a população sefardita nem comprovar genealogias individuais, mas interpretar repertórios de memória e argumentos de pertencimento presentes nas fontes selecionadas. O trabalho combina revisão bibliográfica com leitura antropológica da memória, da religião e da identidade, permitindo contextualizar processos de longa duração sem perder o foco nas formas contemporâneas de produzir sentido. Ao longo do texto, opto pela primeira pessoa do singular como recurso de explicitação da reflexividade do pesquisador: trata-se de uma escolha metodológica, e não de um desvio da linguagem acadêmica, que busca tornar visíveis as decisões de seleção, recorte e interpretação que fundamentam a análise.

Delimitei o corpus a partir dos materiais que reuni: livros de história judaica e do Brasil; estudos sobre cristãos-novos e Inquisição; teses, dissertações e artigos sobre comunidades nordestinas; publicações institucionais; dados do IBGE e da CAPES; documentos e repositórios; e duas produções audiovisuais. Entre os autores mais mobilizados estão Novinsky, Wiznitzer, Mizrahi, Durkheim, Assmann, Miele, Braga e Tavares. A seleção obedeceu a três critérios: relação direta com o tema; capacidade de sustentar a contextualização histórica ou a interpretação antropológica; e presença efetiva no material que reuni, evitando a inclusão de referências sem dados bibliográficos disponíveis.

As fontes foram agrupadas em quatro conjuntos. O primeiro reúne obras de contextualização histórica sobre judeus sefarditas, cristãos-novos, Inquisição e Brasil colonial.

O segundo concentra estudos sobre religião, memória e identidade. O terceiro inclui trabalhos dedicados ao Nordeste, como pesquisas sobre Campina Grande, o sertão paraibano, o Rio Grande do Norte e comunidades urbanas. O quarto abrange fontes institucionais, materiais audiovisuais e imagens que reuni ao longo da pesquisa. Essa classificação orientou a análise comparativa e reduziu a dispersão temática.

A revisão bibliográfica consistiu na identificação dos conceitos, problemas e interpretações recorrentes nas obras selecionadas. A análise documental considerou dados institucionais, registros mencionados nos estudos, tabelas, imagens e materiais audiovisuais. A revisão historiográfica observou como diferentes autores narram a presença sefardita na Península Ibérica, a conversão forçada, a categoria de cristão-novo e a presença no Brasil. A abordagem antropológica da memória examinou como fatos, objetos, sobrenomes, costumes e lugares são convertidos em sinais de pertencimento.

O procedimento de análise foi desenvolvido em três movimentos. Primeiro, reduziu-se o material bíblico ao necessário para esclarecer categorias simbólicas e narrativas religiosas. Segundo, reorganizou-se o percurso histórico em torno da experiência sefardita e dos cristãos-novos, evitando uma história geral do povo judeu. Terceiro, priorizaram-se os trechos que tratam de práticas atuais, memória cultural, espaços, genealogias e reconhecimento. Em cada movimento, procurou-se distinguir a descrição da fonte da interpretação do pesquisador.

Os textos bíblicos foram classificados como fontes religiosas. Sua função nesta pesquisa é permitir a compreensão de símbolos, festas, narrativas e categorias mobilizadas pelas tradições judaicas e cristãs. Eles não foram empregados para datar acontecimentos nem para substituir evidências historiográficas. Quando a Bíblia é mencionada, a formulação explícita que se trata de tradição ou narrativa. A mesma cautela foi aplicada a explicações arqueológicas e a interpretações de divulgação presentes nas primeiras versões deste trabalho, as quais não tomo como consenso acadêmico.

Selecionei e preservei essas imagens por seu valor documental para o argumento. A fotografia da Sinagoga Kahal Zur Israel representa um lugar público de memória; a imagem da mezuzá exemplifica um objeto religioso interpretado como marcador doméstico; e o mapa do Rio Grande do Norte situa espacialmente narrativas de ascendência e busca de reconhecimento. As legendas evitam extrapolar o que a imagem permite observar, e indico, em cada uma, a procedência da fonte.

A pesquisa possui limites. A documentação reunida não inclui entrevistas próprias, observação participante ou genealogias verificadas. Também há referências incompletas e dados cuja metodologia de coleta não deixei explicitada. Por essa razão, números sobre

sinagogas, crescimento de pedidos de nacionalidade e práticas atribuídas a descendentes são analisados como informações presentes nas fontes, não como levantamentos que fiz de forma independente. A ausência de pesquisa de campo impede generalizações sobre todos os judeus ou descendentes de cristãos-novos do Nordeste.

Outro limite é a diversidade interna das pessoas abrangidas por termos como ‘sefardita’, ‘cristão-novo’, ‘criptojudeu’, ‘marrano’ e B’nei Anussim. Esses termos possuem histórias e usos diferentes. No trabalho, ‘cristão-novo’ designa o judeu convertido ao cristianismo no contexto ibérico; ‘criptojudeu’ é reservado aos casos em que práticas judaicas foram mantidas de forma oculta; ‘sefardita’ refere-se à tradição historicamente associada à Península Ibérica e às diásporas dela decorrentes; e B’nei Anussim aparece como autodesignação contemporânea ligada à ideia de descendência dos forçados. A análise não presume que essas categorias sejam equivalentes.

Ao longo da elaboração deste trabalho, utilizei ferramentas de Inteligência Artificial — especificamente [indicar nome e versão da ferramenta] — como apoio à organização das ideias, à revisão linguística e à finalização da redação. Esse uso limitou-se às etapas de apoio previstas na normativa institucional, não substituindo o raciocínio, a autoria e o método científico empregados na pesquisa, cujo conteúdo foi integralmente revisado e validado por mim.

2.1 Características do corpus

No levantamento que fiz, registrei 11 artigos, 13 livros, duas teses, duas dissertações e dois documentários. Esses números descrevem a composição que informei e não uma revisão sistemática exaustiva. O corpus é heterogêneo quanto ao período, à área de conhecimento e ao grau de especialização; por isso, as obras foram utilizadas conforme sua finalidade, distinguindo textos historiográficos, estudos antropológicos, fontes religiosas, materiais de divulgação e dados institucionais.

Tabela 1 – Composição do corpus por tipo de material

Tipo de material	Quantidade informada
Artigos	11
Livros	13
Teses	2
Dissertações	2
Documentários	2

Fonte: elaborado por mim com base no levantamento realizado.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: DA SEFARAD IBÉRICA AO NORDESTE

3.1 Tradição bíblica, diáspora e mediação crítica

Segundo a tradição bíblica, a trajetória de Abraão inaugura uma narrativa de deslocamento, promessa e formação de um povo. Os relatos do Gênesis e do Êxodo, bem como as tradições relativas aos reinos de Israel, aos cativeiros e ao templo de Jerusalém, integram a memória religiosa judaica e influenciam festas, leituras e símbolos. Para esta pesquisa, seu interesse está menos na reconstrução factual da Antiguidade do que na maneira pela qual oferecem uma linguagem de origem, exílio, retorno e continuidade.

A destruição do Segundo Templo no ano 70 aparece frequentemente como marco de dispersão. Eliade (2019) observa que a queda do templo favoreceu uma diáspora já existente. Essa formulação é útil porque evita imaginar uma dispersão única e instantânea. Comunidades judaicas já viviam em diferentes regiões, e o judaísmo desenvolveu formas de continuidade apoiadas em textos, práticas, calendários, instituições comunitárias e memórias compartilhadas.

A metáfora da ‘terra prometida’ deve, por isso, ser lida no plano simbólico. Em minha leitura, ela aproxima a narrativa religiosa do deslocamento para o Brasil. Academicamente, essa aproximação precisa ser qualificada: o Brasil não é descrito como realização de uma profecia, mas como território historicamente interpretado por certos grupos como espaço de refúgio, recomeço e reconstrução. O uso da metáfora evidencia como repertórios religiosos podem organizar experiências sociais posteriores. A mesma tradição bíblica atribui a Moisés a condução do povo, através do deserto, rumo a essa terra prometida, reforçando o par Abraão–Moisés como matriz simbólica de partida e chegada. Séculos depois, a mesma linguagem de recomeço reaparece na experiência de judeus sefarditas que, vindos do Brasil neerlandês, integraram os primeiros grupos de colonos judeus em Nova Amsterdã, atual Nova Iorque, episódio discutido por Levy (2008). Esses pioneiros mostram que a ideia de uma ‘nova terra prometida’ já havia sido mobilizada, antes do Nordeste brasileiro, para nomear outros territórios de refúgio e recomeço.

3.2 Judeus sefarditas na Península Ibérica

O termo Sefarad tornou-se associado à Península Ibérica e às tradições judaicas desenvolvidas nesse espaço. A presença judaica na região é narrada por diferentes fontes e interpretações, algumas delas apoiadas em tradições antigas cuja comprovação é discutida. Em vez de buscar uma origem única, importa reconhecer que comunidades judaicas se

estabeleceram na Península, construíram instituições, participaram de circuitos econômicos e intelectuais e desenvolveram expressões culturais próprias.

Durante períodos de domínio muçulmano, sobretudo no contexto do Califado de Córdoba, comunidades judaicas alcançaram formas de autonomia cultural e religiosa e participaram de redes de comércio e produção intelectual. Novinsky (2015) destaca a organização comunitária e a inserção dos judeus em atividades diversas. Isso não significa ausência de hierarquias ou conflitos, mas indica que a experiência sefardita foi marcada por variações conforme o governo, a cidade e o período.

A progressiva consolidação de reinos cristãos modificou esse cenário. Medidas discriminatórias, pressões religiosas e episódios de violência restringiram a vida judaica. O processo culminou, na Espanha, no édito de expulsão de 1492. Parte dos judeus deixou o território; outros converteram-se ao cristianismo, por coerção ou por estratégias de sobrevivência. Em Portugal, a política de conversão forçada produziu um amplo contingente de cristãos-novos. Recorro a Gomes (2019), Novinsky (2015) e Wiznitzer (1966) para contextualizar esse processo.

A categoria ‘cristão-novo’ era uma classificação jurídico-religiosa e social. Ela diferenciava os convertidos e seus descendentes dos chamados cristãos-velhos, perpetuando suspeitas sobre a sinceridade da conversão. Alguns convertidos abandonaram práticas judaicas; outros preservaram hábitos no âmbito doméstico; outros ainda foram acusados de judaizar sem que isso permita concluir automaticamente sobre suas crenças. A Inquisição investigou e puniu comportamentos definidos como heréticos, e seus registros tornaram-se fontes relevantes para a historiografia.

O termo ‘marrano’, embora recorrente em obras históricas, possui carga pejorativa e deve ser empregado com cuidado. Nesta pesquisa, prefere-se ‘cristão-novo’ e, quando as fontes indicam manutenção secreta de práticas judaicas, ‘criptojudeu’. Essa escolha evita transformar todos os convertidos em praticantes ocultos do judaísmo e reconhece a pluralidade das experiências de conversão, adaptação e resistência.

3.3 Cristãos-novos no Brasil e no Nordeste colonial

A expansão marítima portuguesa abriu novas possibilidades de circulação para cristãos-novos. O Brasil colonial recebeu pessoas vinculadas a atividades de comércio, produção açucareira, administração e outros ofícios. Zwerling (2013), Wiznitzer (1966), Novinsky (2015) e Pieroni (2003) oferecem interpretações sobre essa presença e sobre as perseguições conduzidas pela Inquisição. Em vez de apresentar os cristãos-novos como grupo homogêneo

ou como autores exclusivos da colonização, é mais adequado reconhecer participações diversas em uma sociedade escravista e hierarquizada.

A presença no Nordeste relacionou-se à centralidade econômica da região e às redes atlânticas. Pernambuco, Paraíba, Bahia e Rio Grande do Norte aparecem, nas fontes que reuni, como espaços de estabelecimento e circulação. A documentação inquisitorial, os estudos sobre engenhos e comércio e as narrativas sobre famílias locais permitem identificar pessoas classificadas como cristãos-novos. No entanto, a passagem entre identificação documental, prática religiosa e descendência contemporânea exige demonstração caso a caso.

Durante o domínio neerlandês em parte do Nordeste, a vida judaica no Recife adquiriu maior visibilidade institucional. O período ofereceu condições distintas das vigentes sob a administração portuguesa, embora não tenha eliminado tensões e restrições. Mizrahi (2005), Levy (2008) e Novinsky (2015) situam a formação de uma comunidade organizada e a importância da Sinagoga Kahal Zur Israel. Após a retomada portuguesa, parte dos judeus deixou a região, enquanto cristãos-novos e seus descendentes permaneceram ou circularam pelo interior.

A narrativa de uma migração para o sertão ocupa lugar importante na memória sefardita nordestina. Ela associa a interiorização à busca de distância dos controles inquisitoriais e à preservação discreta de costumes. Pesquisas como as de Miele (2008) e Tavares (2022) examinam práticas e memórias atribuídas a esse percurso. Do ponto de vista antropológico, é necessário observar tanto a possível continuidade histórica quanto a interpretação atual desses sinais. Um costume semelhante a uma prática judaica pode ter múltiplas origens e não deve ser isoladamente convertido em prova.

O Nordeste colonial constitui, assim, o elo histórico indispensável ao problema contemporâneo, mas não seu ponto de chegada. A análise não se limita a perguntar se os cristãos-novos estiveram na região; pergunta como essa presença documentada é transformada hoje em narrativa de origem, patrimônio, prática religiosa e reivindicação identitária. Esse deslocamento é o que permite passar de uma história descritiva a uma abordagem antropológica.



Figura 1 – Sinagoga Kahal Zur Israel, Recife/PE

Fonte: Arquivo original do autor (2024, p. 42).

4 IDENTIDADE, MEMÓRIA CULTURAL E RELIGIÃO

4.1 Identidade como processo relacional

A identidade não é tratada neste trabalho como substância imutável, armazenada integralmente por gerações. Ela é uma construção relacional: produz semelhanças internas, estabelece diferenças, organiza narrativas e oferece posições sociais. Uma pessoa pode reconhecer-se como descendente de cristãos-novos, sefardita, B'nei Anussim, judia por conversão, participante de uma comunidade ou pesquisadora de sua genealogia. Essas posições não são necessariamente equivalentes e podem ser combinadas ou disputadas.

Braga (2016), ao examinar estratégias identitárias em comunidades judaicas de Campina Grande, oferece uma chave importante: tornar-se judeu ou reivindicar pertencimento envolve aprendizagem, reconhecimento e negociação. A identidade não deriva somente de uma lembrança familiar. Ela se forma em trajetórias de aproximação com instituições, estudo, adoção de práticas e interação com outros sujeitos. Isso ajuda a compreender por que comunidades consideradas tradicionais e grupos de descendentes podem empregar critérios distintos de pertencimento.

No Nordeste, a identidade sefardita pode reunir dimensões históricas, religiosas, genealógicas, culturais e afetivas. Algumas narrativas enfatizam sobrenomes e árvores familiares; outras destacam costumes domésticos; outras se organizam em torno da conversão formal, do estudo ou da participação comunitária. A análise deve descrever essa diversidade sem reduzir todos os casos a uma mesma origem ou hierarquizar previamente as formas de identificação.

A reivindicação identitária também dialoga com imagens do Nordeste. O sertão aparece simultaneamente como espaço de refúgio, isolamento, preservação e redescoberta. A formulação pode reforçar uma memória de resistência, mas deve ser examinada criticamente para não romantizar perseguições nem imaginar o interior como território culturalmente imóvel. Famílias, cidades e práticas foram transformadas por migrações, casamentos, mudanças religiosas e relações econômicas.

4.2 Memória cultural, seleção e transmissão

A memória cultural oferece um eixo para compreender como grupos se relacionam com passados que excedem a experiência individual. Assmann (2001) permite pensar a memória como produção apoiada em textos, ritos, monumentos, calendários e instituições. Ela não é simples armazenamento. Ao selecionar acontecimentos, personagens e símbolos, uma

coletividade organiza uma narrativa de continuidade e fornece referências para as gerações seguintes.

Mizrahi (2005) destaca que comunidades judaicas no Brasil construíram marcos de identidade por meio de templos, cemitérios, monumentos, bibliotecas, museus e centros históricos. Esses lugares materializam lembranças e possibilitam práticas públicas de rememoração. A Sinagoga Kahal Zur Israel é um exemplo expressivo: sua existência histórica, as pesquisas arqueológicas e sua reconstrução como espaço de visitação articulam documentação, patrimônio e identidade.

No âmbito doméstico, a transmissão pode ocorrer por hábitos alimentares, modos de preparar o corpo para o sepultamento, bênçãos, restrições, calendários, objetos próximos à porta e narrativas sobre antepassados. Entretanto, a atribuição de uma origem judaica a esses hábitos depende de contextualização. Memórias familiares podem preservar referências, mas também reinterpretar práticas compartilhadas por outros grupos. A abordagem antropológica pergunta quem atribui o significado, em que situação e com quais efeitos.

O silêncio também compõe a memória. Em contextos de perseguição, determinadas práticas podem ser ocultadas ou abandonadas. Gerações posteriores podem preencher lacunas com documentos, histórias locais, pesquisas genealógicas e materiais audiovisuais. A redescoberta não restitui automaticamente um passado intacto; ela produz uma relação contemporânea com fragmentos, ausências e possibilidades. A memória sefardita é, nesse sentido, simultaneamente herança e trabalho social.

4.3 Religião, símbolos e pertencimento

Durkheim (1996) compreende as representações religiosas como representações coletivas e os ritos como modos de ação que surgem no interior dos grupos. Essa perspectiva permite analisar festas, orações, calendários e objetos não apenas pelo conteúdo doutrinário, mas por sua capacidade de reunir pessoas, renovar compromissos e produzir pertencimento. A religião aparece como prática social que organiza tempos, espaços, corpos e relações.

No judaísmo, calendários e festas conectam narrativas religiosas a práticas comunitárias. Pessach, Purim, Rosh Hashaná, Yom Kippur, Sucot, Bar-Mitzvá e Bat-Mitzvá são, entre esses, os momentos de transmissão que discuto aqui. Para analisá-los, procuro evitar explicações apologéticas e observar como a repetição ritual atualiza memórias, estabelece uma linguagem comum e insere os participantes em uma temporalidade coletiva.

Objetos como a Torá, a mezuzá e a Estrela de Davi, bem como espaços como a sinagoga, condensam significados. Sua presença em narrativas de retorno pode indicar a aprendizagem

de uma tradição, a materialização de uma memória familiar ou a integração a uma comunidade. O símbolo não é somente um vestígio passivo; ele participa da produção da identidade. Ao mesmo tempo, a adoção contemporânea de um objeto não prova, por si só, sua transmissão ininterrupta desde o período colonial. A Estrela de Davi, em particular, funciona como um elemento factual e visualmente reconhecível desse repertório: presente em joias, vestimentas, lápides e na apresentação deste trabalho, ela é hoje um símbolo de identificação judaica amplamente disseminado, mas sua adoção por um descendente de cristãos-novos não permite, isoladamente, inferir continuidade histórica desde o período colonial — ela deve ser lida, como os demais objetos aqui discutidos, como um indício a articular com outras fontes.

4.4 Da origem presumida à construção do pertencimento

Ao reorganizar o material, consigo responder à pergunta de pesquisa. As identidades sefarditas no Nordeste são construídas pela articulação entre narrativas históricas, memórias familiares, práticas religiosas, objetos, lugares e instituições de reconhecimento, e nenhum desses elementos atua sozinho. A história oferece referências, a memória seleciona e transmite, a religião organiza símbolos e ritos, a genealogia procura conexões documentais, e são as próprias comunidades que definem, no fim das contas, os critérios de participação.

Essa resposta desloca o argumento de uma busca por ‘traços sobreviventes’ para a análise dos processos de atribuição. Quando um sobrenome passa a ser entendido como sefardita, quando um costume familiar é reinterpretado como judaico ou quando um edifício se torna patrimônio, ocorre uma operação social. Ela conecta o presente a um passado, produz sujeitos e reconfigura relações. A pergunta deixa de ser apenas ‘isso veio dos cristãos-novos?’ e passa a incluir ‘como, por quem e com quais efeitos essa relação é estabelecida?’.

A hipótese inicial é sustentada: a identidade não consiste em conservação intacta. As fontes mostram continuidades possíveis, mas também silêncios, conversões, miscigenações, migrações, reaprendizagens e novas adesões. Falar em reelaboração não significa considerar a identidade falsa. Toda tradição depende de transmissão e interpretação. O ponto analítico é reconhecer que a legitimidade pode ser construída por diferentes caminhos e avaliada por diferentes instituições.

4.5 Memória, evidência e regimes de validação

As narrativas examinadas circulam entre regimes distintos de validação. Na família, uma lembrança transmitida por avós pode já ser suficiente para orientar o pertencimento; na genealogia, ao contrário, exigem-se documentos encadeados. A historiografia, por sua vez, pede que a fonte seja contextualizada e confrontada, enquanto em comunidades religiosas ganham centralidade critérios de filiação, conversão e prática. No Estado, finalmente, são leis e procedimentos administrativos que definem quais documentos são aceitos. A tensão surge quando uma evidência válida em uma arena é considerada insuficiente em outra.

A memória cultural não deve ser confundida com arquivo, mas pode conduzir ao arquivo. Um relato familiar pode motivar a busca por processos inquisitoriais ou registros paroquiais. Um monumento pode tornar visível uma história antes esquecida. Um documentário pode formar uma rede de pessoas interessadas em ascendência. O movimento entre memória e documento produz novos conhecimentos e novas identidades.

Também existem riscos. Listas amplas de sobrenomes podem gerar conclusões precipitadas; costumes compartilhados podem ser essencializados; números sem metodologia podem adquirir aparência de precisão; e metáforas religiosas podem substituir análise. A revisão realizada procura enfrentar esses riscos por meio de linguagem cautelosa, distinção entre categorias e explicitação dos limites das fontes.

4.6 Religião, resistência e transformação

Essa interpretação encontra fundamento nas perseguições e nas estratégias de ocultação atribuídas a certos cristãos-novos. Contudo, resistência não deve ser romantizada. Manter uma prática sob coerção pode envolver medo, silêncio, adaptação e perda. O que chega ao presente pode ser fragmentário e receber significados diferentes daqueles do contexto original.

Para pensar essa transformação, recorro a Durkheim (1996), que explica como os ritos renovam estados coletivos, e a Assmann (2001), que destaca os suportes culturais da lembrança. Associadas, essas leituras indicam que a continuidade religiosa não se resume à repetição mecânica: cada celebração atualiza a tradição em condições contemporâneas, seja por meio de objetos, músicas, orações e calendários herdados, seja por meio de elementos aprendidos recentemente. Em ambos os casos, essas práticas produzem relações e pertencimentos no presente.

A ideia de ‘nova terra prometida’ pode então ser reinterpretada criticamente. Em vez de afirmar uma destinação providencial, ela nomeia a reconstrução simbólica de um território. O Nordeste aparece como lugar de memória porque reúne vestígios documentais, patrimônios, narrativas familiares e comunidades atuais. A metáfora é produtiva quando preserva essa dimensão social; torna-se problemática quando transforma história em teologia ou apaga conflitos e desigualdades.

5 SEFARDITAS NO NORDESTE CONTEMPORÂNEO

5.1 Lugares de memória e patrimônio

Os lugares de memória conectam a narrativa histórica a uma experiência espacial. A Kahal Zur Israel, no Recife, ocupa posição central porque remete à comunidade judaica organizada no período neerlandês e, no presente, funciona como referência patrimonial. O edifício e os achados associados às pesquisas realizadas no local permitem que visitantes relacionem a história urbana do Recife à presença judaica. A patrimonialização transforma uma memória antes restrita a especialistas e comunidades em elemento público da história regional.

Esse processo não é neutro. Museus, centros de memória e roteiros selecionam acontecimentos e apresentam versões do passado. A exposição da Kahal Zur Israel pode fortalecer o reconhecimento da contribuição judaica, combater apagamentos e sustentar identidades contemporâneas. Também pode simplificar experiências variadas se a narrativa pública reunir, sob uma única categoria, judeus praticantes, cristãos-novos, criptojudeus e descendentes. A análise deve observar tanto a potência quanto os limites da representação patrimonial.

Cemitérios, túmulos, pedras, documentos inquisitoriais e nomes de família também funcionam como suportes de memória. Entre os materiais que reuni está a imagem de um túmulo judaico, além de referências a acervos da Torre do Tombo. Esses materiais podem auxiliar pesquisas, mas exigem leitura especializada. O documento histórico não fala sozinho: sua classificação, seu contexto de produção e as categorias impostas pelas instituições precisam ser considerados.

5.2 Práticas domésticas e objetos de memória

Reuni, entre os materiais consultados, costumes atribuídos à ascendência judaica, como casamento consanguíneo em determinadas gerações, observação das fases da lua, bênçãos familiares, varredura da casa de dentro para fora, formas de abate, separações alimentares, lavagem do corpo, modos de sepultamento e uso de pedras em túmulos. A lista mostra como a memória trabalha por associação. Práticas cotidianas são relidas à luz de uma narrativa sefardita e adquirem novo valor como possíveis marcas de continuidade.

Essa releitura precisa ser tratada como objeto de análise, não como confirmação automática. Alguns hábitos podem ter circulação ampla no Nordeste, origem múltipla ou transformação recente. A semelhança formal não basta para demonstrar transmissão histórica. O procedimento adequado é combinar narrativa familiar, documentação, distribuição regional, comparação e história da prática. Quando esses elementos não estão disponíveis, a formulação deve permanecer no nível do indício ou da interpretação nativa.

A mezuzá, colocada nos umbrais de casas judaicas, é um objeto claramente associado à tradição religiosa. No contexto contemporâneo, sua adoção pode tornar visível um pertencimento que, nas narrativas de criptojudaísmo, teria permanecido oculto. O objeto conecta casa, texto religioso e memória. Seu significado depende, porém, do uso social: pode indicar observância, identificação cultural, aprendizado recente ou homenagem a antepassados.



Figura 2 – Mezuzá afixada na porta da residência do autor, como objeto de memória religiosa

Fonte: fotografia do autor, registrada em sua residência (2024, p. 52).

5.3 Sobrenomes, genealogia e limites da evidência

Sobrenomes ocupam lugar privilegiado nas buscas por ascendência. O Dicionário sefaradim de sobrenomes, de Faiguenboim (2020), que utilizei nesta pesquisa, reúne nomes associados a judeus, cristãos-novos, conversos e outros grupos. Aparecem sobrenomes amplamente difundidos no Brasil, como Pereira, Sousa, Melo, Gomes, Amorim, Dantas, Medeiros, Dias, Silva, Carneiro, Cordeiro, Ribeiro, Oliveira, Bezerra, Lucena, Borges, Félix, Fonseca, Carvalho, Santos, Holanda, Ferreira, Alves, Coelho, Tavares, Freire, Albuquerque, Cruz e Pinto.

A amplitude dessa circulação impõe cautela. Um sobrenome pode orientar uma pesquisa, mas não comprova isoladamente ascendência judaica. Nomes foram adotados, modificados e compartilhados por famílias sem vínculo entre si. Além disso, os processos de conversão, casamento, filiação e registro produziram trajetórias complexas. Uma investigação genealógica consistente precisa conectar indivíduos por documentos e examinar contexto, localidade, datas e relações familiares.

Do ponto de vista antropológico, mesmo quando não encerra uma prova, o sobrenome produz efeitos. Ele pode iniciar uma busca, aproximar pessoas de grupos, motivar a leitura de arquivos, reorganizar narrativas familiares e oferecer uma linguagem para experiências antes dispersas. O sobrenome funciona, assim, como índice de memória: seu valor social está na capacidade de articular perguntas e pertencimentos, não em garantir uma conclusão por si só.

As buscas por nacionalidade portuguesa que localizei nas fontes consultadas exemplificam a passagem da memória à documentação. A reivindicação de ascendência requer provas reconhecidas por instituições e transforma histórias familiares em dossiês genealógicos. Esse movimento mostra que diferentes arenas — família, comunidade religiosa, Estado e academia — utilizam critérios próprios para validar identidades. A pessoa pode sentir pertencimento sem possuir documentação suficiente; pode documentar uma linhagem sem participar de uma comunidade; ou pode construir ambas as dimensões.

5.4 Rio Grande do Norte, Seridó e narrativas de retorno

O Rio Grande do Norte aparece, nas fontes que reuni, como espaço importante para pesquisas e reivindicações de ancestralidade sefardita. Tavares (2022) analisa a formação de uma comunidade judaica em Natal e as relações entre protojudaísmo, identidade e o Centro Israelita do Rio Grande do Norte. O estudo permite observar que a vida judaica contemporânea não decorre apenas de uma continuidade rural; ela envolve instituições urbanas, migrações, redes de sociabilidade e processos de aprendizagem.

O Seridó potiguar é frequentemente associado a famílias que investigam possíveis origens cristãs-novas e a costumes interpretados como criptojudaicos. O mapa que selecionei para este trabalho situa essa narrativa. A cartografia, contudo, não demonstra a distribuição de descendentes; sua função é indicar o espaço regional mobilizado na memória e nas pesquisas. Para estabelecer percursos familiares, seriam necessários mapas históricos, registros paroquiais, processos inquisitoriais e documentação genealógica articulada.

A linguagem do retorno é particularmente significativa. Retornar pode significar converter-se ao judaísmo, adotar práticas, reconhecer antepassados, obter documentação, integrar uma comunidade ou apenas reelaborar uma identidade cultural. Essa polissemia explica parte das tensões em torno do reconhecimento. Para alguns sujeitos, a memória familiar é central; para instituições religiosas, outros procedimentos podem ser necessários. A análise não resolve essas disputas, mas mostra como elas configuram o campo identitário.

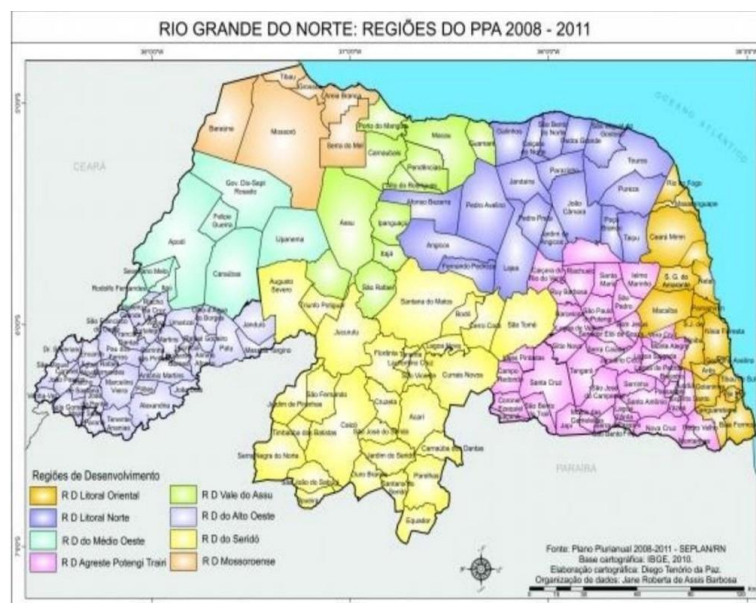


Figura 3 – Mapa do Rio Grande do Norte e a referência ao Sertão potiguar

Fonte: Arquivo original do autor (2024, p. 57).

5.5 Festas, calendários e aprendizagem coletiva

As festas religiosas são dispositivos de memória porque organizam a repetição e a transmissão. Ao celebrar Pessach, uma comunidade atualiza a narrativa do Êxodo segundo a tradição religiosa; em Purim, lê e celebra uma história de livramento; em Rosh Hashaná e Yom Kippur, estrutura um ciclo de renovação e reflexão; em Sucot, materializa uma lembrança de moradia temporária; e nos ritos de Bar-Mitzvá e Bat-Mitzvá, insere jovens em novas responsabilidades comunitárias.

Recorro a Eliade (2019) para pensar a renovação periódica do mundo religioso. Durkheim (1996), por sua vez, ajuda a compreender como o rito reforça a coletividade. A festa não apenas representa uma crença; ela reúne participantes, distribui papéis, ensina gestos, estabelece um calendário e produz recordações. A identidade torna-se uma experiência corporal e compartilhada.

Nas narrativas de descendentes, a lembrança de práticas familiares na sexta-feira, de restrições alimentares ou de modos de sepultamento pode ser aproximada a esse calendário. A aproximação deve ser investigada, não presumida. Quando uma família passa a interpretar uma prática antiga como judaica, ocorre uma mudança de significado no presente. Essa mudança é analiticamente relevante mesmo quando a origem histórica permanece indeterminada.

Os documentários “A estrela oculta do sertão” (2005) e “Os novos judeus do Nordeste: a tribo perdida do sertão” (2025), que incluí neste trabalho, participam da circulação pública dessas narrativas. Produções audiovisuais selecionam personagens, lugares e conflitos e

alcançam públicos além da academia. Elas podem estimular reconhecimento e pesquisa, mas devem ser analisadas como narrativas construídas, com escolhas de direção, edição e consultoria.

5.6 Produção acadêmica e visibilidade do tema

O levantamento que realizei registra pesquisas feitas entre 2017 e 2023 em áreas como História, Ciências da Religião, Ciências Sociais, Direito, Estudos Judaicos e Letras, vinculadas a instituições nordestinas. Os dados sugerem interesse interdisciplinar, embora a ausência de descrição detalhada do procedimento de busca impeça tratá-los como panorama exaustivo da produção científica.

A diversidade de áreas mostra que o tema envolve diferentes problemas: documentação inquisitorial, história colonial, genealogia, religião, patrimônio, migração, legislação e identidades contemporâneas. Para a Antropologia, a principal contribuição está em observar práticas e classificações no presente. Uma revisão futura poderia estabelecer palavras-chave, bases consultadas, período, critérios de inclusão e exclusão, eliminando duplicidades e apresentando os resultados de modo verificável.

As pesquisas de Braga (2016), Miele (2008) e Tavares (2022) demonstram a importância de estudos localizados. Comunidades de Campina Grande, o sertão paraibano e Natal não devem ser tratadas como simples exemplares de uma identidade única. Cada contexto combina histórias locais, agentes, instituições e formas de reconhecimento. O avanço do campo depende de comparações que preservem essas diferenças. É essa exigência de especificidade que justifica, em parte, o recorte do título deste trabalho: falar em 'Nordeste brasileiro' não significa tratar a região como um bloco homogêneo, mas reunir, sob um mesmo rótulo analítico, contextos distintos — Campina Grande, o sertão paraibano, o Recife, Natal e o Seridó potiguar — cujas histórias, agentes e formas de reconhecimento precisam ser lidas em suas diferenças internas. Pesquisas sobre presença cristã-nova e sefardita em outras regiões do Brasil, como o ciclo do ouro em Ouro Preto e demais núcleos coloniais de Minas Gerais, sugerem que esse não é um fenômeno exclusivamente nordestino, o que reforça a necessidade de estudos comparativos entre regiões, e não apenas internos ao Nordeste, como agenda para pesquisas futuras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal contribuição do estudo é colocar o Nordeste contemporâneo no centro da análise. A contextualização histórica deixa de ser finalidade em si e passa a explicar os repertórios disponíveis aos sujeitos. Isso fortalece o caráter antropológico do trabalho e permite relacionar identidade, memória, religião e patrimônio.

Pesquisas futuras podem desenvolver etnografias em comunidades específicas, acompanhar trajetórias de conversão e reconhecimento, comparar usos de sobrenomes, examinar arquivos familiares e observar festas e espaços religiosos. Entrevistas com diferentes gerações ajudariam a entender como lembranças são transmitidas e modificadas. Também seria relevante estudar divergências internas, incluindo pessoas que rejeitam a atribuição de origem judaica a costumes familiares.

Outra frente consiste em construir um levantamento bibliográfico sistemático sobre sefarditas e cristãos-novos no Nordeste, com critérios explícitos e dados reprodutíveis. A articulação entre História, Antropologia, Genealogia e Ciências da Religião pode evitar tanto a redução da identidade à documentação quanto a aceitação acrítica de qualquer indício. O diálogo interdisciplinar é necessário porque o objeto atravessa temporalidades, instituições e linguagens diversas.

Uma última frente de pesquisas futuras diz respeito à circulação contemporânea dessas narrativas de ascendência fora do ambiente acadêmico, especialmente em redes sociais e plataformas digitais, onde histórias de origem sefardita são compartilhadas, replicadas e por vezes simplificadas. Esse fenômeno poderia dialogar com a crítica de Álvaro Vieira Pinto ao tecnocentrismo e com debates recentes sobre manipulação informacional em ambientes digitais, a exemplo do relatório da OTAN (2022) sobre guerra cognitiva, para investigar como narrativas identitárias são também instrumentalizadas e disputadas no espaço digital, sem que isso deslegitime, em si, as buscas de pertencimento que as motivam.

Este trabalho analisou a construção de identidades sefarditas no Nordeste brasileiro contemporâneo, com ênfase na memória cultural, nos descendentes de cristãos-novos, nas práticas atuais e nos lugares de memória. A revisão reduziu a história bíblica e a história geral judaica, preservando-as apenas como contextualização das tradições religiosas. Essa mudança permitiu deslocar o centro do texto para o problema antropológico.

A pergunta de pesquisa foi respondida ao demonstrar que o pertencimento é produzido por uma combinação de narrativas familiares, documentos, sobrenomes, costumes, festas, objetos, patrimônios e relações comunitárias. As fontes consultadas indicam uma presença

histórica judaica e cristã-nova no Brasil e no Nordeste, mas a ligação entre essa presença e cada reivindicação contemporânea precisa ser investigada com critérios adequados. Um sobrenome funciona como indício, um costume como pista situada, e a memória, como venho tentando mostrar, é sempre uma construção social. Já o documento exige interpretação, e o reconhecimento depende, em última instância, da arena em que é solicitado.

Considero, no âmbito deste corpus, que a hipótese foi confirmada. A identidade sefardita nordestina não corresponde à sobrevivência automática de uma essência, mas a uma continuidade mediada por seleções, silêncios e reelaborações. Essa conclusão não reduz a importância da memória. Ao contrário, mostra seu papel ativo na reconstrução de trajetórias e na formação de coletividades. A identidade torna-se compreensível quando se observa o trabalho necessário para narrar o passado e fazê-lo operar no presente.

A Sinagoga Kahal Zur Israel exemplifica bem essa dimensão pública e patrimonial da memória, enquanto a mezuzá revela sua face mais doméstica e religiosa; já o mapa do Rio Grande do Norte situa narrativas de busca e retorno. Festas e calendários produzem tempos compartilhados; documentários ampliam a circulação dessas histórias, pesquisas acadêmicas oferecem conceitos e documentação, e as genealogias, por fim, transformam lembranças em investigações. Esses elementos não são provas equivalentes, mas componentes de um mesmo campo social.

A pesquisa possui limitações decorrentes da ausência de trabalho de campo, da heterogeneidade do corpus e da incompletude de algumas referências e dados que reuni. Por isso, não generaliza resultados para todos os judeus, sefarditas ou descendentes de cristãos-novos do Nordeste. Seu alcance é interpretativo: reorganiza criticamente o material disponível e formula questões para estudos posteriores.

Conclui-se que o Nordeste brasileiro contemporâneo constitui um espaço relevante para compreender como passados coloniais são lembrados, disputados e convertidos em pertencimento. A expressão ‘nova terra prometida’ pode ser mantida no título desde que entendida como metáfora analítica e narrativa, não como afirmação religiosa. Nesse enquadramento, os ‘filhos de Abraão’ são sujeitos históricos que negociam memória e identidade em uma região marcada por pluralidade, deslocamentos e reconstruções.

GLOSSÁRIO

Cristão-novo — designação atribuída, a partir do século XV, a judeus ibéricos convertidos ao catolicismo, de forma forçada ou não, e a seus descendentes.

Cristão-velho — designação usada, por oposição a cristão-novo, para os católicos sem ascendência judaica conhecida, distinção usada como critério de pureza de sangue na Península Ibérica.

Criptojudáismo — prática clandestina de rituais e costumes judaicos por cristãos-novos que mantinham, em segredo, elementos da fé de seus ancestrais.

Marrano — termo, de sentido pejorativo na origem, usado para se referir a cristãos-novos suspeitos de manter práticas judaicas em segredo; hoje empregado também de modo descritivo por parte da historiografia.

Sefardita / sefaradi — judeu originário da Península Ibérica (Sefarad, em hebraico) ou seus descendentes, distinguindo-se dos judeus asquenazitas, de origem centro e leste-europeia.

B'nei Anussim — expressão hebraica (“filhos dos forçados”) usada para designar descendentes de judeus convertidos à força que buscam reconexão com a identidade judaica.

Mezuzá — pequeno estojo contendo um pergaminho com trechos bíblicos, afixado no batente da porta de residências judaicas.

Torá — os cinco primeiros livros da Bíblia hebraica, centrais na tradição e na liturgia judaicas.

Sinagoga — espaço de reunião, oração e estudo da comunidade judaica.

Estrela de Davi — símbolo geométrico de dois triângulos sobrepostos, amplamente associado à identidade e à cultura judaicas.

Inquisição — tribunal eclesiástico criado em Portugal em 1536, responsável pela perseguição de cristãos-novos suspeitos de praticar secretamente o judaísmo, com atuação também nas colônias portuguesas, incluindo o Brasil.

Kahal Zur Israel — sinagoga fundada no Recife durante o domínio neerlandês (1630-1654), considerada a primeira sinagoga das Américas.

Domínio neerlandês — período de ocupação de parte do Nordeste açucareiro por forças da Companhia das Índias Ocidentais dos Países Baixos (1630-1654), durante o qual judeus puderam praticar sua fé abertamente.

Seridó — microrregião do interior do Rio Grande do Norte, associada na literatura consultada a narrativas de ascendência sefardita.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

Documentários

A ESTRELA OCULTA DO SERTÃO. Direção: Luíze Valente e Elaine Eiger. Consultoria: Anita Novinsky, Paulo Valadares e Natan Wachtel. São Paulo, 2005. Documentário.

OS NOVOS JUDEUS DO NORDESTE: A TRIBO PERDIDA DO SERTÃO. Direção: João Fellet e Felix Lima. Consultoria: Aldrey Ribeiro e Shamay Ande. Brasil, ago. 2025. Documentário.

Referências bibliográficas

ASSMANN, Jan. Politische Theologie in Altägypten, Israel und Europa. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, 2001.

BRAGA, Mirela de Almeida. Da arte de se tornar judeu: interpretando estratégias identitárias vivenciadas por comunidades judaicas em Campina Grande/PB. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13268>. Acesso em: 30 mar. 2024.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. Dicionário das religiões. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

FAIGUENBOIM, Guilherme. Dicionário sefaradim de sobrenomes: cristãos-novos, conversos, marranos, italianos, berberes e sua história na Espanha, Portugal e Itália. São Paulo: Sêfer, 2020.

GOMES, Laurentino. Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares. v. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

LEVY, Daniela. Judeus e marranos no Brasil holandês: pioneiros na colonização de Nova Iorque no século XVII. 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br>. Acesso em: 27 mar. 2024.

MIELE, Neide. Velhos ‘cristãos-novos’ no sertão paraibano. Revista Lusófona de Ciência das Religiões, ano VII, n. 13/14, p. 539-552, 2008.

MIZRAHI, Rachel. Judeus: do descobrimento aos dias atuais. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

NOVINSKY, Anita. Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

NOVINSKY, Anita. Viver nos tempos da Inquisição. São Paulo: Perspectiva, 2019.

PIERONI, Geraldo. Banidos: a Inquisição e a lista dos cristãos-novos condenados a viver no Brasil. São Paulo: Bertrand, 2003.

TAVARES, Diogo. Numa cidade chamada Natal, existe um povo chamado judeu: o protojudaísmo da comunidade judaica potiguar a partir do estabelecimento em torno do Centro Israelita do Rio Grande do Norte – CIRN. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br>. Acesso em: 30 mar. 2024.

WIZNITZER, Arnold. Os judeus no Brasil colonial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

ZWERLING, Uri. Os judeus na história do Brasil. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2013.